

# “É preciso desmontar a estrutura corrupta”

O líder indígena aponta os caminhos que precisam ser seguidos para salvaguardar o índio e a natureza

Oscar de Paula

Como você acha que pode ser a política do presidente Fernando Collor para a questão dos povos indígenas e o meio ambiente, tendo à frente da Secretaria do Meio Ambiente alguém como José Lutzenberger?

Eu acho que o Lutzenberger vai ter que administrar uma situação extremamente complexa dentro desse governo, que é a de compatibilizar as propostas de desenvolvimento acelerado de Collor — no seu estilo “relâmpago” e “fantástico” —, o que vai obrigar o seu secretário do Meio Ambiente a correr atrás de situações consumadas. Mas sobretudo se impor diante de um governo para o qual as questões do meio ambiente e das populações indígenas não se colocam como prioridade.

Então, como vai ser esse ajustamento de Lutzenberger, convicto defensor de suas idéias, em relação a um governo que não tem a determinação de assumir essas questões?

Uma coisa que o Lutzenberger deixou bem claro, ao assumir o cargo, é que ele também tem um ritmo bastante próprio na linha de suas idéias. Por exemplo, ele já declarou sua oposição à construção da BR364, do Acre ao Pacífico, um corredor perigoso para a extração de recursos naturais da Amazônia para fora do Brasil. E também se manifestou contra a construção de grandes barragens, que é o complexo hidrelétrico projetado para a bacia do rio Xingu e outras regiões da Amazônia, envolvendo a formação de grandes lagos. Creio que ele está marcando uma posição bastante clara no governo Collor, que será a de imprimir uma política de desenvolvimento equilibrado e sustentável para regiões de floresta.

Interesses, aliás, que sempre estiveram embutidos nos governos brasileiros, nada fáceis de dobrar.

Pois esse é o maior desafio que Lutz terá de enfrentar, que é imprimir uma marca de respeito ao meio ambiente, uma tarefa que para mim vai muito além dos problemas cotidianos de uma secretaria. Será uma luta para educar o aparelho de Estado, no sentido de construir uma estratégia para o futuro onde o Brasil possa tratar seus recursos naturais numa perspectiva permanente.

Com tantas prioridades pela frente, qual deveria merecer a atenção de Lutzenberger no início de sua gestão?

Para mim, ele terá que começar pelo desmonte de uma estrutura viciada que os governos brasileiros construíram, como a herança do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), da superintendência da borracha na Amazônia, os incentivos fiscais para esta região, os planos de colonização do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os resíduos da colonização de Rondônia, porque milhares de famílias que migraram para a Amazônia a partir do corredor da BR364, hoje estão chegando à fronteira do Acre com a Bolívia como uma manada de desesperados.

Você acha que o Lutzenberger vai encontrar infra-estrutura e decisão do governo Collor para atacar tais problemas?

Olha, mais do que infra-estrutura é necessário que Collor reconheça em Lutzenberger autoridade para demonstrar uma infra-estrutura que foi assentada na Amazônia, tanto na área de colonização como de desenvolvimento, totalmente equivocada. É preciso reverter essa loucura e for-



Krenak, da União das Nações Indígenas, representa 180 tribos



O garimpo no leito do Rio Novo, em plena área dos Yanomami

## Dossiê denuncia ataques aos Yanomami

Sob o título *Cronologia de uma morte anunciada*, duas entidades — o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) — estão divulgando um dossiê onde apontam as violências praticadas contra as tribos indígenas brasileiras, em especial os Yanomami, o maior grupo indígena da América do Sul ainda vivendo quase que isolado da sociedade nacional. A grande batalha travada na defesa dos direitos desta tribo foi empreendida durante o governo Sarney que — segundo as entidades — nada resolveu.

Desde meados do ano passado que os Yanomami vêm ocupando grande espaço na imprensa, que culminou com um conflito entre o ex-ministro da Justiça, Paulo Brossard, e dois jornalistas da TV francesa Antenne 2, que divulgaram na Europa imagens de

uma índia agonizando em decorrência de enfermidade contraída a partir do contato com garimpeiros da área.

Além deste contato prejudicial com os “brancos” predadores, de garimpeiros a fazendeiros e madeireiros, a tribo Yanomami é ameaçada, oficialmente na perda de parte de seu território. Segundo os preceitos da Constituição, os Yanomami têm direito a uma reserva de pelo menos 9 milhões de hectares. Essa área, através de atos demarcatórios do governo Sarney foi reduzida a 2,4 milhões de hectares divididos em 19 “ilhas” territoriais isoladas entre si.

### São 10 mil

O caso Yanomami — segundo avalia o dossiê — “hoje se reveste da maior importância, por se tratar da defesa dos di-

reitos da maior etnia indígena existente na América do Sul”. Segundo estimativas da Funai, a tribo conta com 10 mil integrantes, dos quais 1.500 morreram em função de doenças contraídas a partir de contato com os exploradores.

Entre os dias 9 e 12 de junho do ano passado, uma comitiva da Comissão da Ação pela Cidadania realizou uma viagem à região para verificar os atentados cometidos contra esta tribo, estendendo também os estudos para a situação dos Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó. Também foram vistos os ataques ao meio ambiente e os prejuízos que a Fazenda Nacional tem a partir da exploração descontrolada do ouro, extraído — por exemplo — no total de 9 toneladas só no mês de dezembro de 88.

Como resultado desta via-

gem, a Comissão da Ação produziu um relatório denunciando a gravidade das agressões sofridas pelo povo Yanomami, a intensificação dos conflitos promovidos pela invasão de aproximadamente 45 mil garimpeiros e mais de trezentos estabelecimentos de exploração pecuária relacionados pelo Incra e Funai...

Além de denunciar as irregularidades cometidas contra os Yanomami, o relatório recomenda medidas a serem adotadas pelos órgãos governamentais no sentido de reduzir o impacto da invasão sofrida pela tribo. Segundo o documento, “existe uma necessidade imperiosa de restabelecer a área de 9 milhões de hectares delimitada pela portaria anterior à de 2,4 milhões, retirar os garimpeiros de áreas ocupadas e implantar um plano de saúde emergencial aos Yanomami.

mular, em seu lugar, uma proposta efetiva para uma política ambiental de longo prazo. Para isso, o Lutz vai contar com as comunidades indígenas, com os seringueiros, os ribeirinhos.

Ao assumir o governo, Fernando Collor surpreendeu o País ao contrariar os interesses de grandes grupos econômicos e financeiros. Você acha que ele daria ao Lutzenberger respaldo no enfrentamento às empresas que exploram a madeira e as jazidas minerais na Amazônia?

É verdade que as primeiras medidas do Collor surpreenderam muita gente. Ele é um sujeito imprevisível. Tomara que faça coisas imprevisíveis em relação à



É preciso reverter e formular uma política ambiental.

área ambiental e à questão mais geral de ocupação da Amazônia. Os ataques de Collor ao capital financeiro podem ser apenas fogo de palha, assim como o Sarney durante o primeiro Plano Cruzado saiu à procura do boi no pasto, e os grandes fazendeiros levaram a melhor. Não podemos esquecer que foi no governo Sarney que se praticaram as maiores vio-

lências contra os seringueiros, foi no seu governo que mataram o Chico Mendes, que invadiram o território dos Yanomami.

Você poderia fazer um balanço das lutas que os movimentos pelo meio ambiente e pelas questões indígenas vêm travando nos últimos anos?

Eu acredito que houve nos últimos anos, um movimento dentro e fora do Brasil de cooperação e solidariedade para proteção da Terra e das populações mais atingidas pelo capital e a tecnologia desvaída, tanto na floresta como nas grandes áreas urbanas. Hoje temos uma perspectiva global dos problemas que tocam a sobrevivência do homem e da natureza, diante dos projetos selvagens do capital. Essa é a grande novidade nos últimos cinco anos.

Você acha que haveria recursos do Exterior para implementar as lutas dos movimentos brasileiros pela floresta, meio ambiente, demarcação das terras indígenas?

Eu acredito que organismos como o Banco Mundial, a Comunidade Européia e outras fontes de financiamento e desenvolvimento global, estão assimilando em suas resoluções os programas que os povos indígenas e os ambientalistas formularam nos últimos anos. Isso diz respeito a orientar as relações de apoio e financiamento aos programas dos governos do Terceiro Mundo (onde se inclui o Brasil), no tocante ao meio ambiente e ao óbvio

respeito pelos direitos humanos.

Um tal projeto requer uma perspectiva planetária, todo o conjunto de esforços que extrapola problemas especificamente brasileiros, não é?

Sem dúvida. Todos os problemas têm de ser apreendidos numa perspectiva global, não se podendo tratá-los de um ponto de vista local, regional, tipo Amazônia brasileira, por exemplo. Se a gente notar o que está acontecendo na Europa com a integração econômica daqueles países, e mais ainda com a fantástica experiência recente dos países do Leste, que caminham para a integração com o ocidente, estaremos assistindo ao surgimento de no-



Os ataques de Collor ao capital podem ser apenas um fogo de palha.

vas regras de comportamento e cooperação no nível mundial. Isso vai obrigar os chamados países de periferia a se reajustarem para tratar com o resto do mundo. Porque não dá mais para trocar navios abarrotados em minérios de ferro, que saem de Carajás para o Japão e a Alemanha, por outros navios destes países abarrotados de bugigangas.

Você não receia, por exemplo, que a instabilidade política possa alterar tanto aqui como nos países desenvolvidos, projetos de preservação ambiental e de populações indefesas, como as indígenas?

Olha, eu vejo as mudanças de uma perspectiva muito boa. Estou muito otimista, independente de termos um governo recém-eleito no Brasil, porque tais mudanças dependem muito mais das condições que estão sendo postas por economias e governos mais fortes. Por nosso lado, a organização da sociedade civil e

dos movimentos em defesa da floresta, do meio ambiente e dos indígenas, estamos vigilantes e ativos. Por isso, pressionaremos para que nosso governo se adequa à realidade que está em jogo.

Você é favorável à conversão de parte da dívida externa em recursos para preservação do meio ambiente?

Os muitos modelos de troca da dívida para a preservação do meio ambiente, que já foram discutidos por países como a Bolívia, Peru, Equador e, de forma superficial, aqui no Brasil, esses modelos não me parecem muito satisfatórios. Isso porque ainda não existe uma fórmula correta para se trocar a dívida, que seja aplicável para todos os países, dependendo de seus problemas ambientais e o grau em que se encontram os direitos da pessoa humana em seus territórios. Cada caso é um caso.

Na situação do Brasil, como você vê a conversão da dívida e a defesa ambiental e os direitos humanos?

Aqui no Brasil eu não concordo, por exemplo, que se façam investimentos — no caso da troca de dívida externa — monitorados somente pelo governo. Acho que ele não pode ser o único administrador de uma eventual troca de parte da dívida, que reverta em programas de saneamento, desenvolvimento equilibrado, de proteção do meio ambiente e que, de permeio, esteja envolvida a defesa dos povos indígenas e dos seringueiros. O governo não pode ser o único interlocutor nestas questões.

Você foi para Atenas, em abril, para receber o prêmio oferecido pela Fundação Onassis. Como você foi contemplado por este prêmio e o que ele significa no contexto de suas lutas?

Dia 5 de abril eu estive em Atenas para receber o Prêmio Onassis, levando Davi Yanomami como meu convidado, o que muito me honrou, na medida em que Davi é o chefe de um povo que está sofrendo a grave ameaça de ver seu território destruído e sua nação dizimada. O prêmio foi uma oportunidade rara para um pa-

rente, como Davi. Nesse mesmo dia e hora, também o secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar, recebeu o Prêmio Onassis em outra categoria, por seus esforços pela paz em diversas regiões do planeta. A categoria do prêmio que me coube é relativa a “Homem e Sociedade”, que distingue pessoas que realizaram esforços de caráter social e no sentido de propiciar à humanidade maiores conhecimentos e chance de vida, bem como contribuir à organização da sociedade. Esta organização é reconhecida no Prêmio Onassis, em nosso caso, por uma década de esforços da União das Nações Indígenas em estabelecer contatos e alianças entre as várias tribos e com os seringueiros.

De quanto foi o valor do Prêmio Onassis?

Meu prêmio, como as outras categorias, envolve a entrega por um conselho de personalidades de um diploma de reconhecimento, uma medalha, e uma doação no valor de US\$ 100 mil. Para mim é um prêmio significativo, não só pela espécie em dinheiro, mas porque vai projetar para a cena mundial um trabalho que é feito “meio assim no mato”.

Após o prêmio, fica mais difícil para o governo brasileiro, por exemplo, continuar nos tratando como delinqüentes comuns.

Ourso governo já tem um Prêmio Nobel alternativo em suas fileiras, que é o Lutzenberger, identificado com o ambientalismo. Agora, você que vai receber o Prêmio Onassis. Portanto, o Brasil já tem uma espécie de handicap para viabilizar políticas oficiais contra as lutas pelo meio ambiente e a defesa dos povos da Amazônia, não acha?

Concordo. Não que o reconhecimento seja um fator tão importante, mas é indiscutível o valor dessa projeção antes e depois do prêmio. Porque o Lutz poderia estar lá no Rio Grande do Sul ou na Amazônia fazendo seu importante trabalho, sem despertar a merecida atenção da comunidade mundial. Chico Mendes, por exemplo, foi durante décadas um personagem anônimo, mas foi preciso um tiro de espingarda calibre 12 para chamar a atenção sobre suas lutas, infelizmente. Ou seja, ou você leva um tiro no peito ou ganha um prêmio, para ter apoio e reconhecimento mais amplo por suas lutas.

Você não acha que a prioridade central de Lutzenberger na Secretaria do Meio Ambiente será voltada para os Yanomami, devido o desastre que foi a administração de Sarney para essa questão?

A questão que envolve a invasão garimpeira do território Yanomami está profundamente atolada na indefinição e na corrupção que cerca a política mineral do País. É um setor prisioneiro de negociatas de grandes empreiteiras e lobbies que operam na área



Os modelos de troca da dívida não me parecem satisfatórios.

dos minérios, que rateiam entre si as grandes áreas de produção mineral da Amazônia, sem exclusão dos enormes projetos como Carajás e Serra Pelada. O governo Sarney montou um corredor da miséria que passa por Carajás, Serra Pelada, o Tapajós e o Madeira, o alto Rio Negro e o território Yanomami. Uma trilha de verdadeira miséria social. Então, os lobbies das empresas que operam no setor mineral e madeireiro manipulam cerca de 1 milhão de pessoas na Amazônia, envolvidas direta ou indiretamente com o garimpo. As empresas mineradoras usam os garimpeiros como frente de invasão. Afinal, não fica bem para essas empresas constituídas, com representantes dentro da máquina do governo, ordenarem elas mesmas a invasão. Depois, sim, tais empresários vão acabar posando como grandes homens públicos, que vão ordenar a ocupação dita racional da Amazônia e lá instalar seus grandes negócios.